A UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS NA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO

THE PUBLIC UNIVERSITY IN BRAZIL: TRAJECTORIES AND CHALLENGES IN THE CREATION OF CATALÃO FEDERAL UNIVERSITY

Regma Maria dos Santos[1]

Resumo: O propósito deste artigo é discutir a Universidade Pública e o ensino superior no Brasil, em três momentos: o primeiro, a título de Introdução, questões levantadas nas últimas décadas com relação à sua autonomia e sua relação com o Estado. O segundo momento se propõe a refletir sobre a dimensão mais plural da Universidade e a expressão do desejo de acesso a esse bem público, levando em consideração o propósito de construção de uma universidade inclusiva. Finalmente, num terceiro momento, o artigo pretende pontuar aspectos relacionados à expansão universitária e, dentro desta, a Regional Catalão, integrante da Universidade Federal de Goiás, e a sua possível transformação em Universidade Pública.
Palavras-chave: Expansão; Inclusão; Universidade Pública.

Abstract: The purpose of this article is to discuss the Public University and the higher education in Brazil, in three moments: first, for introduction, questions from the latest's decades related to their autonomy and relationship with the Estate. The second moment proposes to reflect about the plural dimension of University and the expression of desire to access to this public service, considering the purpose of an inclusive university construction. Finally, at the third moment, the article intends to point university expansion related aspects and, inside of this, the Regional Catalão, member of Goiás Federal University, and it's possible transformation in Public University.
Keywords: Expansion; Inclusion; Public University.

1 – INTRODUÇÃO: O ESTADO E A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

O debate acerca da universidade brasileira, possui uma questão central que se coloca, talvez, desde 1937, com a criação da Universidade do Brasil por Gustavo Capanema. Ao definir à esta última o objetivo primordial de "controle e padronização do ensino superior no país", Capanema abriu o

[1] Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Brasil. Professora da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, Brasil.

espaço de discussão acerca da *finalidade* e da intrincada *relação da universidade com o Estado*. Embora estes pontos tenham animado as discussões no momento da institucionalização da universidade, entre os anos de 1920 e 1940, Ana Waleska P.C. Mendonça, observa que estas questões decorrem de uma das demandas essenciais da universidade: *"(...) a de autonomia, particularmente acadêmica, com relação à demais instituições e especificamente com relação ao Estado"*. (MENDONÇA, 2000, p.135).

Nesse sentido é importante lembrar que a autonomia universitária é um dos cernes da complexa relação entre Estado e Universidade. Observe-se que à época do governo Sarney constituiu-se uma comissão, composta majoritariamente por professores universitários, com o objetivo de se discutir a reformulação do ensino superior. A *Comissão Nacional para Reformulação do Ensino Superior* chegou a produzir um documento, intitulado *Uma nova política para a Educação Superior*, com uma série de recomendações às diversas instâncias constituidoras da vida acadêmica. Sobre a autonomia universitária, o documento ressalta o seguinte:

> "Diante da complexidade econômica, cultural e política do País, impor um modelo único de universidade é, mais do que comprometer sua liberdade, perverter sua função e sua responsabilidade perante a sociedade. Daí o imperativo de que cada universidade possa fazer sua própria experiência. A reinvindicação da autonomia não isenta o Estado de seu dever de educar e de prover meios satisfatórios a prestação do ensino em todos os níveis, resguardada a destinação dos recursos públicos mediante adequado controle democrático. A autonomia tampouco deve ser entendida como uma dádiva que a sociedade outorga ao sistema universitário e a seus diversos segmentos. A liberdade de planejar e gerir serviços conduz à responsabilidade pelos resultados alcançados, exigindo-se uma contrapartida definida em termos de desempenho eficiente. " (BRASIL, 1985, p. 24-25).

Uma nova política para a Educação Superior foi lançada em 21 de novembro de 1985. Porém, nenhuma de suas recomendações chegou a ser, efetivamente, posta em prática. Instituída pelo Estado, através do Presidente José Sarney, a Comissão propugnadora sofreu fortíssimas pressões do movimento docente que questionou, pela base, a sua legitimidade. (MENDONÇA, 2000, p.149)

Mudanças substanciais na educação superior e, igualmente de *cima para baixo,* seriam implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso. A ampla reforma consubstanciada na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB n. 9394/96, combinou-se com *(...) uma política de congelamento de salários dos docentes das universidades federais, de cortes de verbas para a pesquisa e a pós-graduação, de redirecionamento do financiamento público (...).* Sem dúvida, Ana Waleska P.C Mendonça teria razão ao avaliar que estas medidas provocariam um efeito desmobilizador sobre o movimento universitário docente. (MENDONÇA, 2000, p. 149).

A partir da década de 1990, o Brasil vivenciou um amplo desmonte da universidade pública. Para a educação superior, a investida neoliberal significou investimentos cada vez menores, forçando, como consequência, uma expansão da privatização do sistema de ensino superior e, ao mesmo tempo, levando a lógica do mercado para dentro das universidades, inclusive as públicas:

> "Mercantiliza-se o sentido da formação universitária, da pesquisa e da extensão. A formação, transformada em treinamento, volta-se cada vez mais estritamente para o mercado de trabalho, perdendo o sentido de formação integral do homem para a vida e para a construção de cidadania participativa. A pesquisa direciona-se cada vez mais para o setor produtivo e as empresas que a encomendam, ficando refém da lógica de mercado. A extensão comercializa-se e transforma-se em fonte de renda e de complementação salarial. " (PAULA, s/d, p.54).

Nesse contexto, ocorre uma desvirtuação do conceito de autonomia universitária. Conforme lembra Maria de Fátima Paula, cada vez mais ele vai se aproximando e sendo confundido com a ideia de autonomia financeira com relação ao Estado. Ao mesmo tempo, no caso das universidades públicas, estas ficarão ainda mais impedidas de captar recursos junto ao mercado e ao setor privado. (PAULA, s/d, p. 54).

No âmbito dos discursos sobre a Universidade, é interessante observar que aqueles alinhados com a política implementada, preferem trata-la como "peso" para a máquina do Estado. Consideram, ainda, a imprecisão da sua continuidade, face ao desmonte inequívoco de sua estrutura e nenhum investimento na sua ampliação.

2 – A PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE INCLUSIVA

A página de *"Economia e Emprego"* do "Portal Brasil", publicada em 17 de dezembro de 2014, traz a seguinte manchete: *"Acesso de estudantes à universidade pública cresce 400 % entre 2004 e 2013 diz IBGE. "*

Afora a chamada grandiloquente, os dados da matéria também impressionam. Em termos percentuais a matéria informa que se no ano de 2004 os 20% mais ricos representavam 55% dos universitários das instituições públicas e 68,9% das particulares, isto se altera visivelmente em 2013. Neste ano, as proporções caem para 38,8% e 43%, respectivamente. Analisados sob outra perspectiva, os dados demonstram que *"os 20% mais pobres, que eram apenas 1,7% dos universitários da rede pública, chegaram a 7,2%"*. O mesmo raciocínio se aplica à rede particular. Nesta, a presença dos mais pobres salta de 1,3% para 3,7%.

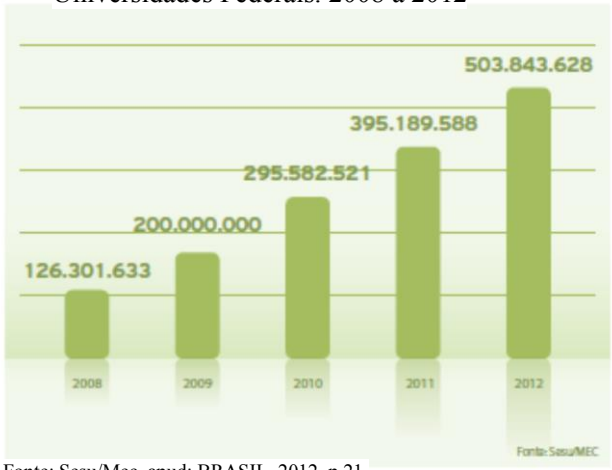
O que esses dados revelam? Que houve um acesso dos estudantes pobres à Universidade pública, num percentual de 400% entre 2004 e 2013, como o título da matéria sugere? Sim, sem dúvida. Mas, acima de tudo, os dados demonstram que houve uma profunda mudança nas políticas públicas voltadas para o ensino superior. Por mais

que tenhamos, e devemos sempre ter, uma leitura crítica sobre a realidade, é impossível não constatar a mudança de foco do Estado em relação à educação superior.

A Universidade recebeu investimentos estruturais, mas também de recursos por meio da criação de políticas públicas voltadas para a inserção de pessoas de baixo poder aquisitivo, mas também de negros, pardos e indígenas, com os governos Lula e Dilma. Colabora como exemplo desta mudança de perspectiva, o Programa Nacional de Assistência Estudantil, o PNAES, criado em 2008 e regulamentado através do Decreto n. 7234, de 19 de julho de 2010. Com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades a todos os estudantes, bem como melhorar os índices de desempenho acadêmico, o PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL. Decreto n. 7. 234, de 19 de julho de 2010).

O gráfico a seguir apresenta o crescendo dos recursos orçamentários dedicados às universidades federais, entre 2008 e 2012. Conforme se observa, há um aumento de quase 300% dos recursos destinados ao PNAES no período:

FIGURA 1: Recursos orçamentários do PNAES para as Universidades Federais. 2008 a 2012



Fonte: Sesu/Mec, apud: BRASIL, 2012, p.21.

Apesar de ser um programa novo, o PNAES já foi tema de pesquisa, o que demonstra sua importância e validade. Em 2013, Jaqueline Cavalari Sales de Almeida defendeu sua Dissertação, intitulada *Avaliação da implementação do PNAES - programa nacional de assistência estudantil na UFPR: impactos e resultados para graduandos com fragilidade socioeconômica*, (ALMEIDA, 2013) no Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí. Na pesquisa realizada, Almeida identificou que 70% dos estudantes beneficiados pelo Programa consideraram atendidas as suas expectativas, ao passo que 28% se mostraram insatisfeitos.

Além disso, a autora também observou um dado interessante: apenas 33% dos estudantes eram conhecedores do PNAES e suas diretrizes. Este fato indica que a maioria dos graduandos vindos de escolas públicas e famílias pobres, não busca apoio por meio desse programa. A conclusão final é que o PNAES deve ser mantido como política pública de alta importância, para eliminar e reduzir as disparidades do rendimento acadêmico numa universidade cada vez mais plural.

Outra política pública que merece destaque no que diz respeito à proposta de uma universidade inclusiva, são as chamadas "Cotas para o Ensino Superior". Ora, conforme dados apresentados por Igor Carvalho, em matéria publicada na Revista Fórum, de 14 de março de 2014, no ano de 1997 *apenas 2,2 de pardos e 1,8 % de negros*, entre 18 e 24 anos cursavam ou tinham concluído um curso de graduação no Brasil. Como se vê os índices eram baixíssimos. (CARVALHO, 2016).

A situação começou a mudar somente em 2012, quando foi aprovada a Lei n. 12 711/2012, regulamentada pelo Decreto n.7824 /2012. De acordo com os dados apresentados pelo Portal do MEC, em 2015:

> "A lei reserva no mínimo 50% das vagas das instituições federais de ensino superior e técnico para estudantes de escolas públicas, que são preenchidas por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à presença desses grupos na população total da unidade da Federação onde fica a instituição. Em 2013, o percentual de vagas para cotistas foi de 33%, índice que aumentou para 40% em 2014. Para se ter uma ideia do avanço, a meta de atingir 50% está prevista para 2016. Do percentual de 2013, os negros ficaram com 17,25%. O número subiu para 21,51% em 2014. " (CARVALHO, 2016).

Dentre as políticas públicas que tem por objetivo ampliar o acesso à universidade, a representada pela "Lei de Cotas para o Ensino Superior" permanece sendo a mais polêmica. Não por acaso, o filme "Casa Grande", dirigido por Felipe Barbosa e lançado no Brasil em abril de 2015, arrebatou uma série de prêmios nos festivais em que foi exibido[2]. Além da clara intertextualidade com *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, o roteiro do filme, também assinado por Felipe Barbosa, apresenta o imaginário sobre a Universidade pública no Brasil, no qual permanece o sentimento de que este bem é *para poucos,* não sendo possível acessá-lo por outro viés que não a meritocracia.

Não obstante, é importante ressaltar que a partir dos anos de 1990 também ocorreram a universalização do ensino fundamental, o crescimento do ensino médio e, ainda, do ensino superior, cujas matrículas triplicaram. Segundo o Censo da Educação Superior de 2014, nos últimos dez anos o número de alunos ingressantes nos cursos de graduação

[2]"Casa Grande" foi laureado com o prêmio de Melhor Filme, no Festival de Cinema do Rio de Janeiro e na Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, em 2015. Também neste ano, recebeu o prêmio de Melhor Roteiro no Festival de cinema de Paulínia.

aumentara 76, %, passando de 1,5 milhão para 2,7 milhões de alunos. Obviamente, pouca coisa se altera de 2014 para 2016. Assim, estes dados indicam, ainda, que o Brasil possui 2.391 instituições de ensino superior, as quais oferecem cerca de 32 mil cursos de graduação. Além disso, importa salientar que apesar de duplicar o número de universidades públicas é *a rede privada que atende a mais de 80% dos alunos*. O quantitativo de apenas 301 universidades públicas é ainda insignificante frente às 2.090 instituições privadas. (MARTINS, 2014).

Todavia, a despeito do intenso crescimento observado no ensino superior, o percentual de acesso permanece muito restrito: apenas 19% de jovens, entre 18 e 24 anos têm acesso ao ensino superior. Por outro lado, ao se comparar a situação do Brasil com outros países, observa-se, por exemplo, que em 1997 o acesso ao ensino superior de jovens entre 18 e 21 anos, já atingia 45% nos Estados Unidos e 69% na Coreia do Sul. (ANDRADE, 2012).

Enfim, estes dados apontam para uma conclusão importante: a construção efetiva de uma universidade inclusiva continua exigindo investimentos na educação básica. Nas palavras de Cibele Yahn de Andrade,

> "(...) para aumentar o acesso de jovens ao ensino superior é necessário ampliar o número de concluintes do ensino médio. (...) apenas cerca de 33% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos (aproximadamente 7,5 milhões) concluíram esse nível de ensino e, dessa forma, possuem os requisitos formais para terem acesso ao ensino superior. Considerando-se a restrição qualitativa expressa pelos resultados do exame do Enem são pouco mais de 2,1 milhões. Para viabilizar o crescimento do ensino superior é necessário que as políticas públicas focalizem o aumento do acesso e de concluintes *qualificados* no ensino médio, em termos de equivalência entre anos de estudo e domínio do conhecimento, das competências básicas e capacidades simbólicas. " (ANDRADE, 2012).

Estes dados ilustram que as políticas públicas para o ensino superior precisam de estar integradas a uma melhor quantificação e qualificação dos alunos que saem do ensino médio e objetivam o acesso à uma educação superior.

3 – A EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA E A REGIONAL CATALÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

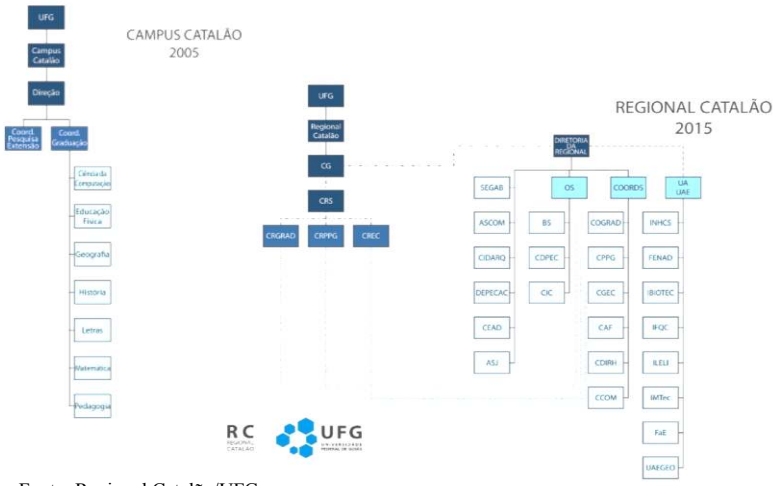
O documento *Análise sobre a expansão das Universidades Federais 2003-2012,* elaborado por uma equipe composta de representantes do MEC/ UNE/ANPG/ANDIFES, apresenta uma proposta clara de expansão universitária. De acordo com a proposta, a expansão das universidades deve ser alicerçada em princípios e diretrizes que contribuam para a qualidade das Instituições Federais de Ensino Superior, as IFES. Estes objetivos devem ter, primeiro, uma dimensão **Política,** que diz respeito ao *desenvolvimento regional, compromisso social, democratização do acesso, autonomia universitária e valorização do patrimônio humano.* Em segundo lugar, uma dimensão **Pedagógica** que abarca a *inovação acadêmica, a*

articulação entre graduação e pós-graduação, teoria e prática, e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. E, finalmente, uma dimensão **Estrutural**, que engendra um *Planejamento* capaz de contemplar novas propostas e, também, recuperar o passivo deixado por gestões anteriores, com a contratação de técnicos e pessoal docente e investimento em infraestrutura.

Diante do exposto, o documento acima dá pertinência à criação de uma universidade na Regional Catalão da Universidade Federal de Goiás, pois, se há vontade política e pública para que isso aconteça, ao mesmo tempo vivemos um momento no qual o Governo Federal investe em políticas públicas e numa universidade inclusiva. Entendemos por isso os mais diferentes aspectos, tais como a interiorização, a inserção de classes e étnica, até então fora deste espaço e, ainda, a defesa da permanência dos estudantes na universidade via PNAES. (BRASIL, 2012)

Ora, nos governos Lula e Dilma houve a criação do dobro de Universidades Públicas no Brasil, desde o seu início nos anos de 1930. O crescimento provocado por programas como *"Expansão" e "Reuni"*, permitiram, como no caso específico de Catalão, que o Campus saísse de 8 cursos de graduação e, na condição de Regional somassem *26 cursos de graduação presenciais, 2 cursos à distância e 9 cursos de pós-graduação stricto-sensu, nas modalidades Mestrado e Doutorado.* Destaca-se, ainda, a aprovação de um curso de Medicina em 2015, com previsão de funcionamento para 2016.

FIGURA 2: Organograma estrutural: Campus Catalão – 2005 e Regional Catalão 2015



Fonte: Regional Catalão/UFG.

Até prova em contrário, ainda não foi realizado um estudo que considere os investimentos financeiros na Regional Catalão nos últimos dez anos. Entretanto, é certo que se saiu de um orçamento federal de quase *zero reais* para cifras em torno de *milhões,* os quais permitiram ampliar o corpo docente e construir uma estrutura de ensino capaz de contar com laboratórios e espaços de pesquisa.

Sem dúvida, este crescimento não pode ser atribuído exclusivamente à vontade e ao interesse político vindo "de cima", como uma espécie de "doação" do governo federal. Há que se ressaltar a luta da comunidade universitária, não

raro pródiga de sacrifícios aos projetos implementados. É este processo, *histórico,* do qual homens e mulheres são sujeitos, que permitiu o crescimento e a forja da realidade na qual a Regional Catalão hoje está imersa.

FIGURA 3: Campus Catalão - Década de 1990



Fonte: Regional Catalão/UFG.

FIGURA 4: Vista aérea da Regional Catalão – Universidade Federal de Goiás. 2015



Fonte: Regional Catalão/UFG.

FIGURA 5: Vista aérea da Regional Catalão – Universidade Federal de Goiás. 2015



Fonte: Regional Catalão/UFG.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrarmos este texto, cabe refletir, enfim, acerca dos dados apresentados. Eles nos dizem, é claro, que houve um aumento considerável no número de estudantes em nível superior, nos últimos anos. Entretanto, por mais que o ensino público, gratuito e de qualidade, se expanda nos próximos anos, provavelmente ele não atenderá à demanda da sociedade. Os recursos do MEC hoje contabilizam o segundo ou terceiro maior orçamento do país, mas é destinado ao ensino fundamental, médio e superior; aos cursos técnicos e profissionalizantes e, ainda, às políticas públicas e ao FIES – Fundo de Financiamento Estudantil que, por sua vez, também não atende aos 80% daqueles que

ingressam nas instituições privadas para realizar um curso superior.

Igualmente, não podemos encerrar esta reflexão sem nos reportamos à grave situação política por que passa o Brasil. Em meio ao processo de *impeachment* sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff, ainda não é possível saber qual o destino das políticas públicas de inclusão e à expansão universitária. Da mesma forma, também não nos é possível saber qual futuro aguarda a Regional Catalão. Todavia, sobretudo diante das incertezas dos desdobramentos futuros, é mister retornarmos ao início deste texto e refletir sobre a real função da Universidade Pública no Brasil.

É posição da autora deste artigo que ela é, *ainda,* o modelo para a graduação, a pesquisa e a extensão que se desenvolvem em todas as outras universidades no Brasil. Nesse sentido, a afirmação das políticas públicas, por exemplo por meio das cotas e do PNAES, são importantes instrumentos não apenas na gestão interna das instituições, mas também para permitir que a sociedade reflita sobre suas práticas e as transforme. Da mesma forma, se a Universidade possui um papel e um objetivo, e é certo de que os possui, a autora entende que estes são, justamente, o de enfrentamento de práticas oligárquicas, racistas, fascistas, por meio da inclusão e da provocação sobre os temas que nela circulam. Levar estes temas para o debate aberto com a sociedade, é um dos nossos desafios.

Quanto ao futuro da Universidade Pública e, de resto, da educação no Brasil, fato é que não podemos prever qual será, mas a disposição para resistir e propor avanços neste processo sempre foi a tônica do movimento docente e dos interesses da sociedade brasileira.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jaqueline Cavalari Sales de. *Avaliação da implementação do PNAES - Programa Nacional de assistência estudantil na UFPR: impactos e resultados para graduandos com fragilidade socioeconômica.* 2013. Dissertação (Gestão de Políticas Públicas). UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC, 2013.

ANDRADE, Cibele Yahn de. Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. *Ensino Superior UNICAMP.* Campinas, SP, n.6, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social> Acesso 13 Jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003-2012.* Brasília: 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&itemid=30192> Acesso em 20 jun. 2016.

BRASIL. Portal Brasil. *Acesso de estudantes à universidade pública cresce 400 % entre 2004 e 2013 diz IBGE.* Brasília: 17 dez. 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/12/acesso-de-estudantes-pobres-a-universidade-publica-cresce-400-entre-2004-e-2013-diz-ibge >Acesso em 18 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Uma nova política para a educação superior.* Brasília: MEC, 1985, 134p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002284.pdf> Acesso em 13 jun. 2016.

BRASIL. Decreto n. 7. 234, de 19 de julho de 2010. *Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.* Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Em três anos Lei de Cotas tem metas atingidas antes do prazo. *Portal do MEC*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35544> Acesso em 24 jun.2016.

CARVALHO, Igor. Dez anos de cotas nas Universidades: o que mudou? *Revista Fórum.* 14 mar. 2014. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/digital/138/sistema-de-cotas-completa-dez-anos-nas-universidades-brasileiras/> Acesso em 20 Jun. 2016.

GADOTTI, Moacir. Universidade Estatal, Universidade Comunitária: Dois perfis em construção da universidade brasileira. *Centro de Referência Paulo Freire.* 1995. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3400/1/FPF_PTPF_01_0423.pdf> Acesso em 19 jun. 2016.

MARTINS, Carolina. Brasil tem 7, 3 milhões de estudantes universitários. *R7 Notícias.* 9 set. 2014. Disponível em: <http://noticias.r7.com/educacao/brasil-tem-73-milhoes-de-estudantes-universitarios-diz-mec-09092014> Acesso em 13. Jun. 2016.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. Mendonça. *A universidade no Brasil.* Revista Brasileira de Educação Mai./Jun./Jul./Ago. 2000 Nº 14, p.131-194

PAULA, Maria de Fátima de. A perda da identidade e da autonomia da universidade brasileira no contexto do neoliberalismo. *Avaliação - Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior.* v.8, n.4, p.53-67, 2003. Disponível em: < file:///C:/Users/User/Downloads/1245-2009-1-SM%20(1).pdf> Acesso em 07 nov.2015.

REGIONAL Catalão/Universidade Federal de Goiás. *Organograma estrutural: Campus Catalão e da Regional Catalão da UFG.* Disponível em: < https://www.catalao.ufg.br> Acesso em 24 jun. 2016.